

A Estratégia de Segurança Nacional _NSS dos EUA: Economy First!

O Continente e o *Mare Nostrum*. Aliança com a extrema-direita e a cobiça por África

A direção estratégica do golpe principal, a competição entre grandes potências com a China e a Rússia — em torno do qual o primeiro do governo Trump construiu um consenso bipartidário — desapareceu. No lugar do denominado “desafio sistêmico” da China aos Estados Unidos e aos seus aliados e parceiros, a NSS de 2025 deixa claro que a economia é de agora em diante “o que está em jogo de forma definitiva”. Mas continua a interferir nas relações entre a China e a sua província de Taiwan, afirmando que “dissuadir um conflito sobre Taiwan, idealmente preservando a superioridade militar, é uma prioridade” e apelando aos seus aliados no Indo-Pacífico para que apoiem essa política.

O novo objetivo primordial da política de Washington em relação à China é uma “relação econômica mutuamente vantajosa com Pequim”. A distensão e aproximação à Federação Russa, conforme os interesses dos EUA em compartilhar os recursos do Ártico, chamando a si a Gronelândia e quiçá, o Canada, a par da partilha do mercado russo com as multinacionais e os fundos financeiros americanos, transfere para os aliados europeus o ônus de confrontar Moscovo: “muitos europeus consideram a Rússia uma ameaça existencial”.

À reconquista do continente americano

O Hemisfério Ocidental é elevado à posição de maior prioridade dos Estados Unidos, com ênfase na contenção da migração, no combate aos chamados "narcoterroristas" e na garantia da hegemonia americana por meio da atualização da Doutrina Monroe, de supremacia dos EUA em todo o continente. Segundo a NSS, a América Latina é uma região rica em recursos naturais em primeiro lugar e de oportunidades, mas para os aproveitar é também necessário combater a “incursão estrangeira hostil” (uma referência à presença da China e da Rússia, ou também da União Europeia nos seus mercados?).

A NSS preconiza o "recrutamento" de parceiros regionais que partilham o ideário do governo, para desenvolver conjuntamente a exploração dos recursos estratégicos, comprar produtos americanos, acolher investimentos privados dos EUA e reduzir a "influência estrangeira hostil" por meio de uma combinação de condições para a ajuda, pressão diplomática e "recompensas", mas também com a guerra económica_ a imposição de tarifas, dizemos nós. Enquanto promete incentivos para as empresas dos EUA se realocizarem nos países próximos.

Consequentemente, a Casa Branca defende um reajuste da presença militar dos EUA, transferindo tropas do Oriente Médio Oriente para se concentrarem na segurança e “no combate ao narcotráfico” no Hemisfério Ocidental, leia-se no continente Americano. As forças militares já deslocadas para a costa da Venezuela, estão a praticar atos de execução sumária e verdadeira pirataria, ameaçando eliminar o regime venezuelano e os seus dirigentes, enquanto a realidade de hoje é de novo a intervenção nas eleições dos países latino-americanos, em favor dos candidatos que controlam, como aconteceu recentemente na Argentina.

A Velha Europa, como opositor político e a extrema-direita como aliado estratégico

A Estratégia de Segurança Nacional critica a orientação política dominante na Europa Ocidental (a Velha Europa, na asserção de Brzezinski) a quem acusa de negligência

dos valores “ocidentais” (entendidos como valores nacionalistas conservadores) e uma “perda de identidades nacionais” devido à imigração e à “queda acentuada das taxas de natalidade”. O resultado alegado é a estagnação econômica, a fragilidade militar e o “apagamento civilizacional” da Europa.

Esta estratégia acusa a Europa de censura e supressão da oposição política (leia-se, extrema-direita) reforçando as críticas do vice-presidente JD Vance na Conferência de Segurança de Munique de 2025. Caracteriza a União Europeia em termos antagônicos, alegando que o bloco europeu minou a “liberdade política” e a “soberania”. Particularmente preocupante para os europeus é o apoio a partidos de extrema-direita (“patrióticos”) e o objetivo declarado de “cultivar a resistência... dentro das nações europeias”.

Enquanto a Velha Europa, pelo seu lado, vê fugir do seu controle as eleições nos países de leste e reage não exitando na anulação recente das eleições presidenciais na Roménia e a interferir no processo eleitoral da Moldávia, sob o argumento, não provado, de que foram manipuladas pela Rússia.

O critério para um bom aliado europeu é agora o grau de alinhamento com os valores nacionalistas conservadores do governo Trump. Esta nova estratégia não apenas marca o fim da aliança transatlântica baseada em valores liberais, mas também uma reorientação para uma aliança de antiliberais, que já era evidente no incentivo do Brexit e no financiamento e apoio financeiro aos partidos conservadores e autoritários que tomaram o poder no leste europeu, sobre as ruínas dos antigos regimes, mas também do fracasso das políticas neoliberais, conduzidas paradoxalmente pelos novos partidos filiados na Internacional Socialista. Políticas neoliberais que fracassaram igualmente na captura da Alemanha de Leste pela voragem neoliberal. Isto é: privatizações/corrupções em larga escala em favor do surgimento de novas oligarquias associadas às multinacionais do ocidente_ sobretudo alemãs, francesas e dos EUA, destruição do estado social na saúde, educação e habitação, empobrecimento geral dos trabalhadores e quebras brutais da natalidade, vagas de emigração envolvendo quadros e especialistas qualificados, americanização (aniquilação) dos direitos laborais...que conduziram a grandes convulsões sociais e à exigência de mais estado, nacionalista.

Da distensão político-militar, à continuidade dos negócios comuns com a Federação Russa e o menosprezo pela Velha Europa

Cerca de 3600 multinacionais do ocidente, permanecem intocadas no mercado da Federação Russa (a estimativa do Financial Times fica-se pelas 2600), livres das sanções aplicadas contra as empresas russas no mercado internacional, com um peso maioritário nos setores do comércio e da indústria. Elas são a moeda de troca para qualquer avanço no roubo das reservas financeiras do estado russo depositadas na banca ocidental_ que não pertencem ao governo de Putin, mas à nação russa, e representam um valor que supera várias vezes os fundos com que os irresponsáveis e aventureiros líderes europeus pretendem violar as convenções financeiras internacionais, prolongar o conflito ucraniano e lucrar com a reconstrução deste país. No seguimento das conversações para a paz entre os EUA e a Rússia, Putin anuncia no seu país grandes expectativas de negócios comuns no Ártico na área da mineração, que não prenunciam nada de bom para a crise ambiental que está a derreter os seus glaciares.

A Federação Russa não é criticada na Estratégia de Segurança Nacional (NSS) e, o país não é definido como adversário dos Estados Unidos. Em vez disso, os europeus

são criticados pela falta de esforços genuínos de paz na Ucrânia e por expectativas “irrealistas”, que contradizem o desejo de paz da população europeia.

Sobre a Rússia e a Ucrânia, a NSS prioriza o retorno ao entendimento entre grandes potências, no caso os EUA e a Rússia e destaca a estabilidade estratégica (o Novo START), bem como a gestão da escalada com a Rússia na Europa.

A NSS compromete-se com a sobrevivência da Ucrânia como um “Estado viável” e com a sua reconstrução, mas não indica como nem se compromete com as chamadas “garantias de segurança”. Depois de décadas de expansão aberta da NATO para Leste, à revelia das promessas feitas aos líderes russos, com recurso a todos os meios, incluindo a intervenção militar direta e à revelia das Nações Unidas, que desagregou a Jugoslávia e dos esforços para ampliar a sua área geográfica a outras áreas, como o Indo-Pacífico, a Estratégia de Segurança Nacional proclama que se opõe à política de portas abertas da NATO!

A NSS também afirma que a Europa permanece estratégica e “culturalmente” vital para manter a competitividade dos EUA, isto é, “para combater a supercapacidade mercantilista e o roubo tecnológico”, numa alusão velada à ascensão económica da China. Mas é a Nova Europa, a Europa Central, Oriental e Meridional, descritas como “nações saudáveis” com as quais os laços devem ser expandidos, enquanto aliados de longa data na Europa Ocidental, como a Alemanha, são especificamente subalternizados.

Uma Nova Era de Multilateralismo e o orgulho da China

Há oito anos, o presidente Trump, na sua primeira estratégia de segurança nacional, inaugurou uma era de “competição entre grandes potências” dirigida sobretudo contra a República Popular da China. Essa estratégia descreveu a China como uma potência que tenta “moldar um mundo antitético aos valores e interesses dos EUA” e “deslocar os Estados Unidos na região do Indo-Pacífico”. A primeira NSS de Trump observou claramente: “Uma competição geopolítica entre visões livres e repressivas de ordem mundial está ocorrendo na região do Indo-Pacífico”. O documento da Strategic Action Plan to Counter the Threat Posed by PRCh (Janeiro de 2021), perfilhado igualmente pelo Governo Biden, levou essa estratégia ao nível da paranoia: O plano anunciava a restrição e vigilância policial de todas as atividades e cidadãos da China nos EUA e uma parceria global em todos os continentes, incluindo o Ártico, mas também o espaço sideral, com a mesma intenção negativa. A sua primeira vítima foi o boicote do Acordo Global de Investimento (GCI) entre a China e a União Europeia pelo Parlamento Europeu, sob pressão do governo americano, que pouco tempo antes a Comissão Europeia anunciara, como resultado de uma maratona negocial de sete anos, de tal maneira bem sucedida, que iria abrir o mercado chinês em todos os sectores e proporcionaria a recuperação económica da UE, já então em crise recessiva com epicentro na Alemanha.

Quanto a Taiwan, a razão do interesse estratégico da ilha para os EUA é agora focada na produção de semicondutores e a declaração da Estratégia de Segurança Nacional enfatiza: “os Estados Unidos não apoiam nenhuma mudança unilateral no status quo no Estreito de Taiwan”.

Tal posição deve ser entendida no quadro do reconhecimento da clara oposição da maioria do povo desta província chinesa à política de separatismo e militarismo das autoridades de Taipé, incentivada pelos governos dos EUA, que procuram arrastar para o confronto com a China os governos regionais onde têm maior influência, como é o caso das Filipinas e do Japão.

Analise as mais recentes eleições em Taiwan, os seus resultados globais e a sua omissão e manipulação: Uma maioria de votos e de deputados contra o separatismo e o militarismo. O candidato separatista ganhou as eleições presidenciais (2024) com 40% dos votos, mas os dois candidatos derrotados, que são favoráveis à aproximação com a RPCh, receberam 60% dos votos.

A perda continuada do apoio popular ao partido do novo presidente foi confirmada pela votação que decorreu em paralelo para a Assembleia Legislativa: o partido perdeu 10 deputados e a maioria parlamentar. O Partido Kuomintang ganhou mais 14 deputados e o Partido do Novo Poder, muito crítico da política neoliberal do governo_ crise de habitação, na saúde, transportes e desemprego, e que apoiou o outro candidato, ganhou mais 3 assentos. O presidente eleito pelo DPP, recebeu apenas 5,5 milhões de votos, num universo eleitoral de mais de 19 milhões, com a abstenção a rondar os 40%. Os dois candidatos favoráveis a maior aproximação da China, obtiveram em conjunto 8,3 milhões de votos.

Estes resultados estão em linha com as últimas eleições para os governos locais, que incluem 6 municípios especiais, 13 condados (distritos) e 3 municípios autónomos. Nelas, o partido do presidente, que governava 12 desses municípios e distritos, ficou reduzido a apenas 5 e o Kuomintang conquistou 13 dos seus governos, onde reside mais de 70% da população. O resultado das eleições locais (2022), já tinha revelado que o clamor de protesto popular estava a crescer e as recentes disputas intercalares para o parlamento, consolidaram essa viragem política.

Neste contexto político e social, a deriva militarista e separatista, que incluiu no orçamento de 2023 um valor astronómico de 19.000 milhões de dólares, para a compra de armamento e a multiplicação de incidentes diplomáticos com a República Popular da China, como a visita de políticos americanos que se deslocaram à ilha para fazer discursos hostis e ganhar popularidade entre o eleitorado conservador dos EUA, falhou.

Os chineses de Taiwan defendem a cooperação e o diálogo com a RPCh e rejeitam a militarização da ilha.

Evoquemos a história recente: A administração Biden e o Senado dos EUA aprovaram a Lei da Política para Taiwan de 2022, que autoriza a transferências de armas, através do programa Foreign Military Sales (FMS), no valor de US\$ 6,5 bilhões até o ano de 2027. Na agenda de escalada das vendas estão sistemas de armas de longo alcance, capazes de atacar o continente chinês, como os Sistemas de Mísseis Táticos do Exército e a Resposta Expandida de Mísseis de Ataque Terrestre Standoff, incluídos no FMS durante a primeira administração Trump, ao preço de US\$ 18.000 milhões.

Neste contexto internacional, e apesar da retórica militarista do governo dos EUA, o último inquérito de opinião publicado pelo próprio governo de Taiwan, "Opiniões públicas sobre as atuais relações através do Estreito" (2022/10/19~2022/10/23), sobre o tema "Independência ou status quo", teve apenas 14% de respostas a favor da independência. Noutro inquérito governamental, realizado nesse mesmo ano, apenas 44% dos inqueridos afirmou acreditar que os EUA defenderiam Taiwan, um claro declínio em relação aos 65% referenciados em outubro de 2021.

Para a democratização de Taiwan contribuiu decisivamente o restabelecimento das relações diplomáticas entre os EUA e a China, tendo como base o princípio "One China", consagrado pelas Nações Unidas e a comunidade internacional.

Na recente eleição presidencial do Kuomintang (KMT) realizada em 18 de outubro, Cheng Li-wun foi eleita com 50,1% dos votos. Ela baseou a sua candidatura no "Consenso de 1992", ou seja, no entendimento entre o Kuomintang e o governo de

Pequim de que existe “uma só China” e que a adesão a este princípio traria um “século de paz” à nação chinesa.

Em questões de segurança, ela opõe-se à visão do DPP sobre Taiwan militarizado e resiste aos apelos dos EUA para aumentar os gastos com a defesa até 5% do PIB. Em vez disso, defende relações estáveis entre os dois lados do Estreito como a base da segurança. A "reconciliação" com a China é a melhor defesa, afirma. Finalmente, propôs ao outro grande partido da oposição, o Partido do Novo Poder, uma aliança para combater o separatismo, a que este respondeu com receptividade, com o objetivo de eleger um governo presidencial que realize o sonho chinês de um futuro comum e pacífico da China e de toda a humanidade.

A Estratégia de Segurança Nacional (NSS), parece reconhecer que uma nova Era de multilateralismo é já hoje uma realidade geopolítica irreversível, posicionando a economia como a "questão fundamental". A China só é mencionada na página dezanove do documento de vinte e nove páginas. Ela é vista principalmente como uma concorrente econômica e, portanto, a necessidade de reequilibrar os laços econômicos bilaterais é priorizada. Mas a China já não é definida como um “desafio sistêmico” gerador de uma nova ordem mundial incompatível com os interesses dos EUA.

A invasão do Afeganistão e a sua derrota, em paralelo com a política internacional da China que nunca interferiu nos assuntos internos deste país, mantendo as suas relações de cooperação com todos os regimes que se sucederam, trouxe aos estrategas dos EUA duas lições:

_ O preço a pagar pela conquista do Afeganistão, em baixas e gastos militares do governo, era insuportável mesmo para uma potência como os EUA: a vingança contra Bin Laden_ o seu antigo aliado contra os soviéticos, uma criatura que se virou contra o seu criador, quando os EUA, a pretexto da guerra no Iraque, semearam de bases militares o Médio Oriente, foi uma excelente cobertura propagandística para esconder da opinião pública americana a cobiça estratégica que o Relatório oculto do Pentágono guardava: “ O Afeganistão, pode vir a ser a Arábia Saudita do Lítio” e das terras raras. O custo de 1 milhão de dólares /ano da presença de cada um dos soldados da americanos e da NATO neste país, enriqueceu os acionistas das cinco grandes empresas da indústria de guerra durante dezenas de anos, mas contribuiu para elevar a dívida pública para os atuais valores de catástrofe anunciada.

_ A democracia liberal ou outro qualquer regime, não se importa nem se impõe pela força militar, às nações que e aos povos que tomam nas suas mãos o seu destino, lição que os líderes russos, na fase de transformação do internacionalismo soviético em socialimperialismo, já tinham recebido. Esperamos que não esqueçam essa lição no seu processo de reconquista da influência no continente americano.

No Médio Oriente: A paz pela força e pelo genocídio.

“A paz pela força”, foi a estratégia de Reagan. A Estratégia de Segurança Nacional (NSS) que reafirma o discurso anterior de três candidaturas, que afirmavam a intenção americana de transferir para os seus parceiros estratégicos a defesa dos interesses dos EUA (Arábia Saudita, Jordânia, Turquia) na região do Médio Oriente, continua a estar em contradição com a sua prática política, que não só municia o genocídio dos palestinianos e dá cobertura aos projetos sionistas do grande Israel na ONU, que se estendem ao sul do Líbano e à neutralização do Hezbollah, como intervém militarmente, ao bombardear o Irão e o Iémen, e ao utilizar os seus recursos militares na defesa de Israel, chegando ao ponto de apoiar o novo governo da Síria, a quem já suspendeu as sanções, que representa forças terroristas islâmicas e os seus

líderes. Ao mesmo tempo que rejeita a solução política de dois estados para a Palestina e na cidade israelense de Kiryat Gat, no centro-sul do país, instala um comando militar que supervisiona e controla o denominado plano de paz de Trump para a Faixa de Gaza, que inclui os negócios da reconstrução de Gaza.

A cobiça por África

Com o papel de gendarme de África dos governos franceses em causa, pelo emergir de governos nacionalistas que recusam a sua política neocolonial e a presença no seu país das suas forças militares, face também à tentativa da Rússia de recuperar a tradição de ajuda militar da URSS agora procurando instalar base e enviando conselheiros e mercenários para combater o terrorismo islâmico, e sobretudo, com a adesão de 52 países africanos à Rota da Seda e ao seu projeto de desenvolvimento autónomo e sustentável dos países africanos, apoiado pela Organização da Unidade Africana e pelas Nações Unidas no último Forum on China-Africa Cooperation, a vertente africana da Estratégia de Segurança Nacional da administração Trump é apresentada como uma mudança drástica em relação ao passado, quando apenas retoma em tom generalista os temas da prevenção e resolução de conflitos, e do comércio e investimento entre os EUA e a África.

As referências do texto a “estados selecionados” apresentam semelhanças com o conceito de “estados-âncora” da administração de George W. Bush, e a menção a oportunidades no setor de energia segue o foco da administração de Barack Obama para expandir o acesso aos recursos energéticos. A referência explícita à reforma da Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (AGOA), um regime de acesso a mercados estabelecido durante o governo do presidente Bill Clinton para produtos africanos, mas que expirou durante a administração Trump, é apenas uma promessa a aguardar realização concreta.

E o combate ao terrorismo islâmico, que o derrube do regime líbio pela coligação da NATO com obscuras forças locais de oposição, permitiu que se expandissem pelo Sael até Moçambique, merece apenas uma declaração de intenções.

12.11.2025

António dos Santos Queirós. Professor e Investigador. Universidade de Lisboa